

# A relevância histórica da inter-relação entre ética e educação no processo pedagógico

Clayton Ribeiro da Trindade

Como citar: TRINDADE, Clayton Ribeiro da. A relevância histórica da inter-relação entre ética e educação no processo. *In*: CARVALHO, Alonso Bezerra de (org.). **Educação, ética e decolonialidade**: contribuições para a formação de professores e a prática docente. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 59-82. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-465-3.p59-82>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## Capítulo 3

# A relevância histórica da inter-relação entre ética e educação no processo pedagógico

Clayton Ribeiro da Trindade<sup>11</sup>

### Introdução

O presente texto tem como objetivo fazer uma reflexão sobre ética e educação, na qual a ética é uma disciplina da filosofia responsável pela área do conhecimento que estuda o comportamento do ser humano, servindo como instrumento de análise e juízo da sociedade, fundado em valores universais e princípios morais, tendo como pressupostos controlar o comportamento humano, enquanto que educação perpassa por princípios éticos e isso ocorre pelo processo educacional.

Enfatiza-se, para tanto, que um dos principais objetivos da educação é contribuir com a formação e o desenvolvimento humano, o qual ocorre por meio do ensino e da aprendizagem, ensinando valores qualificados de virtudes, uma vez que o ser humano, desde a mais tenra idade, é orientado por princípios morais e éticos, visando promover a autonomia dos indivíduos para a vida social, constituindo

---

<sup>11</sup> Graduado em Pedagogia (2017) e em Ciências Sociais (2020) pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília. E-mail: clayton\_12trindade@hotmail.com

<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-465-3.p59-82>

um fundamento da formação do sujeito ético compreendido por reflexão, sistematização da moral.

Ademais, a educação é fundamentada pelo viés político, ao passo que, para Paulo Freire (1996), todo ato educativo é um ato político e não é neutro, pois obrigatoriamente implica princípios e valores que caracterizam uma determinação de mundo e sociedade, vinculada a preceitos morais, éticos e sociais.

### **Etimologia da palavra ética**

No plano histórico, a ética tem sua origem na Grécia antiga, praticamente junto com a filosofia. Posteriormente, a ciência originou-se da filosofia e diferenciou-se da ética ao longo do tempo, tornando-se ambas as disciplinas autônomas e independentes, de modo que a ciência se encarrega da produção do conhecimento sobre o mundo e a ética das questões do comportamento humano. Em vista disso, há relações significativas entre as duas áreas do saber, as quais vêm sendo analisadas por várias áreas da filosofia, resultando na bioética e biotecnologia, áreas de estudos que afetam justamente o exercício de algumas importantes profissões.

*A priori*, a palavra ética vem do latim "ethica" e do grego "ethiké", sendo um ramo da filosofia e um sub-ramo da axiologia, na qual, segundo os gregos Aristóteles, Platão e Sócrates, a ética ou imaginário ético submetia à vontade dos movimentos da natureza em harmonia cósmica, que, por sua vez, eram conhecidos como éticos os atos realizados de acordo com a razão. Nesse sentido, a razão e a vontade eram entendidas como faculdades superiores fundamentais dos seres humanos, na qual a ética é subjugada ao horizonte metafísico, tal que a metafísica estabelece a essência humana, em

contrapartida a ética define a conduta apropriada conforme a natureza humana. Desde então, a ética é quase adjacente à filosofia, por meio da qual, provindo do termo grego *ethos* como reflexão filosófica, significa um conjunto de costumes, hábitos e valores de uma determinada sociedade, tendo como objetivo propor o significado sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o permitido e o proibido para a sociedade, ou seja, significa modo de agir e de ser.

Por sua vez, a ética, no contexto da educação, é uma das áreas da filosofia mais instigantes devido a sua relação com a vivência prática (por meio da experiência), isto é, um exame minucioso do comportamento humano, uma vez que não é justificado nas práticas nem nos costumes, porém, na reflexão, na crítica da razão, por isso, constata que a ética é uma subárea científica.

Em termos gerais, a ética na ciência é um ramo da filosofia direcionada para a ética na pesquisa, sendo um conjunto de afazeres morais os quais definem o certo e o errado nas práticas e deliberações científicas. Implicam, portanto, uma discussão sobre a ciência e sua inserção social. Trata-se, então, de destacar que, a ética é uma das áreas mais importantes do conhecimento construído por vários séculos, distinguindo-se da moral e assumindo contemporaneamente um sentido amplo e outro mais estreito, por meio do pressuposto da existência da história da moral, dando início à diversidade de morais no tempo com seus respectivos valores, princípios e normas mesclados ao contexto mítico e religioso, tentando pautar regras de comportamento para viabilizar o convívio entre indivíduos agrupados em uma sociedade.

Partindo desses pressupostos, a ética é uma disciplina teórica que analisa, critica e reflete o comportamento moral do ser humano em sociedade, acerca de práticas e valores que são apontados como

corretos, justos e bons para qualquer sociedade. Desse modo, para que o ser humano tenha uma conduta ética, é preciso existir um agente consciente de valores e costumes, uma vez que as ações práticas do ser humano são resultantes de seu comportamento e de suas condutas éticas, atravessando estágios profundos de indagações sobre pensamentos, valores e atitudes, promovendo, inclusive, o debate sobre a configuração ética da própria sociedade, a fim de se proporcionar um mundo mais humano e justo para todos sobreviverem.

### **A ética como princípio da condição humana**

Do ponto de vista diacrônico, a ética se relaciona estreitamente com as experiências do ser humano no âmbito das ciências sociais, dado que a conduta moral não é outra coisa senão particularidades do comportamento humano o qual se expressa em diferentes níveis tais como: social, psicológicos, prático, jurídico, religioso e etc. Assim, o vínculo calcado na ética com outras ciências humanas ou sociais, fundado na profunda relação das diferentes maneiras do comportamento humano, não nos deve fazer esquecer o seu objeto característico *sui generis* como qualidade das ciências do comportamento moral. Por essas razões, as principais características da ética moderna é a defesa da autonomia intelectual e moral do ser humano, tendo como pressupostos uma ética fundamentada exclusivamente pela razão, eximindo a neutralidade da religião em harmonia com a natureza humana. Nesse ínterim, os principais representantes da ética moderna são: David Hume, Kant, Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

Cabe salientar, ainda que a conotação negativa de moral esteja relacionada à obediência de costumes e hábitos (ethos) pelo esforço repetido até alcançar a excelência no agir, seu significado principal é a própria ética. Por conta disso, em uma concepção antagônica, busca-se fundamentar as condutas morais de maneira racional, uma vez que a ética é intrinsecamente associada ao conceito de moralidade, cujo objetivo tem como caminho do para quê da educação.

Entende-se, assim, que a conduta moral é tanto uma conduta pessoal do ser humano quanto de grupos sociais, dos quais os atos dele têm um caráter social, porém decisório liberto e capaz de raciocinar de maneira consciente, ao passo que o papel social da moral tem como pressupostos a normalização das relações entre seres humanos na relação mútua entre indivíduos e a comunidade. Sendo assim, cada ser humano, tendo uma conduta moral, é submetido ao que é estabelecido como princípios, valores ou normas morais. Ou, nas palavras de Kant (2013), o homem como consciência cognoscente ou moral suscitada é, *a priori*, um ser ativo, criador e legislador, tanto na perspectiva do conhecimento quanto no da moral. Apesar disso, o ser humano pertence a um período específico e a um determinado grupo de pessoas.

Enfatiza-se, para tanto que a moral acontece mediante dois níveis: o normativo e o factual, nos quais há uma perspectiva de normas e princípios que tendem a regulamentar o comportamento do ser humano e, por outro prisma, um conjunto de atos humanos regimentados pelo mesmo, submete-se assim a uma imposição prática. No entanto, a mais importante característica da moral deve ser investigada conseqüentemente tanto num plano quanto no outro e daí a necessidade de analisar o comportamento moral dos seres humanos, mediante atos concretos. No mais, a diferença entre moral

e moralidade estabelece uma simetria explícita entre o normativo e o factual. Em vista disso, a moral propõe-se a converter-se em moralidade, em função da imposição de concretização que está no fundamento do respectivo normativo, ou seja, a moralidade e a moral em ação da práxis, a moral prática e praticada.

### **Perspectiva educacional**

No que tange à educação, o processo de ensino e aprendizagem é um desdobramento da apropriação de valores sociais e humanos adquiridos pela consciência ao longo da vida, perpassando por inúmeras transformações sociais. Em vista disso, a educação tem a responsabilidade de trabalhar racionalmente a consciência na assimilação de valores sociais e humanos, sobretudo a maneira de transmitir e apropriar-se do conhecimento para que o ser humano seja capaz de comportar-se perante a sociedade. Por conseguinte, os valores constituem um sentido e uma direção para a prática pedagógica, visando constituir e estabelecer valores universais, promovendo o bem-estar geral de toda sociedade. Ao mesmo tempo, esses valores são sustentáculos da educação, mas não de modo claro sendo um dos problemas pedagógicos, uma vez que tais valores agrega aspectos culturais e sociais não constituindo como algo inatos, pois eles não têm origem particular.

Destaca-se, portanto, de uma educação em que a ética pelo viés da moral percorre um conjunto de saberes extraídos do estudo do comportamento do ser humano, dado que as relações humanas calcadas na virtude e na honestidade tendem a construir ambientes positivos e verdadeiros, nas quais, para se tornar bom moralmente, devem-se praticar atos benéficos a outros, pelo fato de não se

cultivarem comportamentos nocivos e tóxicos que possam impactar negativamente o bem-estar físico e psicológico das pessoas. Assim, a ética, por meio do comportamento moral, fundamenta o questionamento e o julgamento sobre quais são os bons e maus valores no relacionamento humano via axiologia, isto é, um vínculo com o mundo dos bons valores, estabelecendo a relevância da ética no processo educativo.

Nas palavras de Platão:

A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correta e não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso (Platão, 2001):

A educação é, portanto, o fundamento do conhecimento humano. Contudo, para que exista coerência nessa discussão, é essencial constituir uma relação de empatia entre os atores comprometidos no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a educação se constitui como um ato de persuasão pelo convencimento para se elevar à condição humana, pois tal debate deve ser fundado no afeto e no respeito mútuo, através de um diálogo horizontal que expresse a atividade humana e social respaldada pelas experiências práticas, dado que a práxis ontológica simboliza a singularidades essencial do processo de evolução do ser humano.

Ademais, no plano ideológico ao homologar ética no processo educacional, seja no ambiente escolar ou em espaços de educação informal, existe um grande obstáculo no segmento do ensino-aprendizagem na busca de um hipotético comportamento crítico, o que proporciona condições para o avanço do desenvolvimento social



e autonomia dos educandos, além de oferecer-lhes capacidades de posicionamento mediante ações coletivas realizadas no cotidiano de vida.

Para clarificar o pensamento na Antiguidade Oriental, a educação passava a adotar as tradições como critérios e regras de decisão, ao passo que o ensino era privilégio de uma classe dominante, assim como o conhecimento da escrita era bastante restrito, devido ao seu caráter sagrado e esotérico, resultando na exclusão da gigantesca massa da população, que ficava restringida à educação familiar informal.

Por sua vez, ao trabalhar a educação considerando seus múltiplos usos e as funções intrapessoais, o processo educacional traz consigo a oportunidade de o aluno pensar criticamente em como se dão as relações sociais entre os seres humanos. Nesse sentido, o procedimento educacional ao qual o indivíduo é submetido ao longo da vida tem suma importância para o seu desenvolvimento pessoal, assim como para o dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, uma vez que a capacidade moral e intelectual do ser humano é fruto da sua trajetória de vida e do seu conhecimento histórico ao qual os indivíduos, dotados de instrumentos da cidadania, tornam-se construtores de formas organizativas bem como a maneira de agir perante a vida pública.

Nesse panorama, na medida em que o ser humano adquire consciência, compreendendo a relevância da educação, progressivamente transforma suas relações opressivas com a sociedade de classe, uma vez que esse processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral visa promover a integração individual e social. Em vista disso, a educação é o motor da transformação social, imprescindível para que exista o equilíbrio e

para uma sobrevivência digna, assimilando a complexidade envolvida nas relações com outros no âmbito do saber e da prática social, uma vez que a educação se revela como um dever ético evidente em si mesma.

### **A ética kantiana**

No ponto de vista kantiano, a ética transgride a tradição filosófica, uma vez que vincula, a todo o momento, a moral com algo externo à capacidade de agir, no sentido de que os atos éticos são necessários à vida em sociedade, assim como a religião e a felicidade, ou seja, a funcionalidade da ação prática pelo viés da racionalidade. Diante disso, para Kant, a ética fundamenta-se singularmente na razão, na qual a forma de agir e as normas são determinadas pelo prisma do interior para o externo, fundamentado desde o princípio da razão humana, bem como na aptidão de gerar regras para os respectivos atos. Ademais, a ética kantiana tem como pressuposto uma ética formal e autônoma, que assegura a laicidade e a independência da religião, mediante autonomia, além da independência de normas e leis.

Mas, de modo mais geral, Kant parte do pressuposto da autonomia da razão, ou seja, uma lei moral válida para a vontade de todos os seres racionais, na qual os seres humanos são absolutamente qualificados para se conduzirem racionalmente, por meio do dever via auto coerção da razão e liberdade. Tal ideia faz com que o dever desmorone a altivez e o amor próprio, pelos quais é considerado como princípio supremo da plenitude da moralidade, uma vez que a ação necessita ser sentenciada por si só. Isso significa dizer que o ser humano tem naturalmente o potencial racional do que tem que ser

realizado ou construído em suas respectivas ações prático, ao passo que a ética kantiana se fundamenta única e exclusivamente na Razão, conciliando dever e liberdade do ser humano como resultado em si mesmo e não como um meio.

Dada sua importância, segundo Kant, o dever é a maneira ímpar para justificar uma admissível ação moralmente honesta, haja vista que nenhuma outra justificativa, como a busca de benefícios, de recompensa, de felicidade, de agradar a Deus, entre outras coisas, satisfaz como norte para orientar o comportamento humano. Assim, a ética kantiana, por ser exclusivamente formal, necessita apoiar um dever para todos os seres humanos, considerando sua autonomia da sua situação social, como também difere do seu conteúdo concreto, que, por sua vez, por ser autônoma, contrapõe as morais heterônomas em que a lei é a consciência externa.

Dada tal complexidade, a advindo do imperativo categórico, Kant justifica ter identificado um meio de julgar se uma ação é moral, na qual, para julgar a moralidade de uma ação, não se deve considerar a história ou o contexto anterior à mesma, bem como suas possíveis consequências, pois, ao redirecionar tudo o que é externo à ação, o ser humano tem de averiguar se sua ação é justa e deve ser praticada. É nesse sentido que, ao conceber o comportamento moral como pertencente a um ser humano autônomo e livre, ativo e criador, Kant é referência para a análise de uma filosofia ética na qual o ser humano se caracteriza *a priori*, como ser laborioso, gerador e fecundo.

A priori, Kant parte do princípio da ética como o factum (o fato) da moralidade, na qual o fato em si é incontestável. Por esta postura, seguramente, é que o ser humano consegue ser cauteloso e ajuizado de seus atos e tendo consciência do seu dever, uma vez que consciência faz acreditar que o ser humano não depende de outrem,

ou seja, ele é independente. Portanto, o ser humano, na condição de sujeito empírico, é marcado aleatoriamente pela razão teórica a qual sustenta que não se pode ser livre, pois é necessário reconhecer a premissa da razão prática, existindo um universo de liberdade inerente ao ser humano como ser moral.

Nas palavras de Kant:

A maior perfeição moral do ser humano é: cumprir seu dever e, decerto, por dever (de modo que a lei não seja apenas a regra, mas também o móbil das ações). Ora, à primeira vista isso parece, decerto, uma obrigação estrita, e o princípio do dever, com a exatidão e força de uma lei, parece ordenar, para toda ação, não apenas a legalidade, mas também a moralidade, isto é, a intenção [Gesinnung]; na realidade, porém, também aqui a lei ordena apenas buscar a máxima das ações, a saber, o fundamento da obrigação, não nos impulsos sensíveis (vantagens ou desvantagens), mas antes inteiramente na lei – por conseguinte, não ordena a ação mesma. (Kant, 2013. P. 170)

Sendo assim, o ápice da plenitude nos comportamentos do ser humano é exercer sua obrigação sem ter dúvida da sua responsabilidade, de modo que a norma não seja simplesmente a lei positivada, mas sim a mobilidade das suas atitudes, configurando um dever rigoroso, preciso e fundamentado na lei. Nesse sentido, o objetivo maior trata-se de coordenar a totalidade do comportamento e não simplesmente basear-se em posturas legalistas, valorizando os princípios morais. Em outras palavras, a ideia, via prática, juntamente com a norma, busca o verdadeiro modo de agir, o conhecimento, a essência da responsabilidade, os estímulos afetivos, os benefícios e os prejuízos, porém, a princípio, calcado em um ordenamento jurídico com foco na práxis.

Na sociedade contemporânea, a ética de Kant é a fraseologia da ética moderna, dado que, com o advento do movimento humanista renascentista, em oposição à ética medieval, pressupõe que o ser humano, bem como as expectativas dele, posicionam o homem no centro do universo, isto é, as visões teocêntricas foram gradativamente substituídas pelo antropocentrismo, no qual a razão passa a ser mais importante que a fé. Em vista disso, a ética kantiana retoma o ser humano como o centro das reflexões filosóficas, instruindo-lhe um ponto de vista ético centralizado na autonomia humana, além de valores intrínsecos à natureza humana. Interessante ressaltar que, segundo, Kant (2013) Dever é aquela ação a que cada um está obrigado. Ela é, pois, a matéria da obrigação, e o dever pode ser o mesmo (segundo a ação), ainda que possamos ser obrigados a ele de diversos modos.

Para tanto, na perspectiva marxista, manifesta-se historicamente como um princípio ético com o objetivo de esclarecer e realizar um julgamento crítico das morais do passado. Concomitantemente, coloca em destaque a sustentação teórica e prática de uma teoria marxista da moral, na qual Marx buscou reconstruir o ser humano real com base em abstrações, sob o aspecto material, tais como as características da Ideia em Hegel, o eu pleno ou singular em Stirner, e o homem na sua totalidade em Feuerbach. Tal compreensão é expressa filosoficamente em vários períodos e por diversos autores, originando conceitos e ideias relacionados ao campo da ética.

Cabe lembrar que as doutrinas éticas referentes a Kant e a Hegel surgem cerceadas por um mundo social posterior à Revolução de 1789, que, por sua vez, não vivenciou a instauração de uma ordem social que se mostra segundo a natureza racional do homem. Ao contrário, trata-se de uma sociedade que emerge e estimula uma visão

antagônica imensa, deflagrada nas revoluções sociais do século passado e do presente.

### **Ética sob o prisma das Ciências Sociais**

No campo das Ciências Sociais, a ética possui uma relação intrínseca com as ciências que analisam as leis que orientam o desenvolvimento e a estruturação da sociedade, investigando o comportamento humano como ser social e assimilando diversas relações sociais. Desse modo, a ética está intrinsecamente entrelaçada com a forma de organização e com as interações entre os seres humanos, as quais se enraízam profundamente no âmago dessas estruturas sociais. Tais relações representam a maneira de organização do tecido social, sintetizando o que determinada sociedade considera correto e justo em um dado momento histórico, uma vez que as estruturas sociais, instituições e organizações sociais desempenham um papel fundamental nas ciências sociais, particularmente na antropologia e na sociologia.

Do ângulo da sociedade, os atores morais, a priori, são seres humanos concretos que pertencem a uma comunidade qualquer, sendo que sua conduta moral é exclusivamente levada em conta mediante suas relações com as outras pessoas. Então, esses atores morais constantemente manifestam um aspecto subjetivo, intrínseco e psíquico, fundamentado em razão de ser, em meio a estímulos e atividades da consciência que visam a um propósito, designando maneiras as quais selecionam diferentes possibilidades, fundadas por um juízo de valores presentes no comportamento de alguém.

Vale ressaltar, todavia, que os problemas éticos são caracterizados por um princípio geral, uma vez que se referem aos

problemas morais da vivência cotidiana, expressos e manifestados em fatos concretos. Sendo assim, o problema de como agir em qualquer situação concreta é uma questão prática de cunho moral e não teórico, ao passo que a ética expõe um elo entre o comportamento moral e as demandas das pessoas mediante seus interesses sociais. Ocorre, decerto, que a correlação entre ética e educação na sociedade é enigmática, pois tem extremidades opostas de uma mesma construção, calcada em um universo mais afetuoso, mais saudável e, ao mesmo tempo, parte do pressuposto de uma educação para a cidadania.

Sob esse entendimento mais amplo, nas sociedades tribais, o conhecimento era transmitido de geração em geração nas cerimônias dos rituais mediante a prática das atividades diárias, “para a vida e por meio da vida”, sem que alguém estivesse especialmente destinado à tarefa de ensinar, das vivências diárias ou do cotidiano de vida, qualificado como educação difusa. Por sua vez, na Antiguidade Oriental, a educação passa a adotar as tradições como critérios e regras de decisão, uma vez que o ensino era privilégio de uma classe dominante, na qual, a priori, o conhecimento da escrita era bastante restrito, devido ao seu caráter sagrado e esotérico, estando a gigantesca massa excluída e restringida à educação familiar informal.

Diante desses pressupostos, as ciências têm como objetivo interpretar a natureza da participação humana, destacando-se especialmente nos inúmeros padrões de interação social específicos entre os atores sociais, nos quais os seres humanos agem moralmente.

Para tanto, a Constituição Federal de (1988) coloca em seu Art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, Art.205).

O dispositivo constitucional deixa claro que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, estimulado e amparado pela sociedade, tendo como objetivo desenvolver o ser humano para o exercício da cidadania, instruindo-o também para o mercado de trabalho. Para tanto, qualquer ciência do comportamento humano engloba várias disciplinas que exploram os processos cognitivos com potencial para contribuir benéficamente para a ética, como as ciências da moral. Ademais, a ética relaciona-se similarmente com a economia política e outras ciências das relações econômicas, nas quais o ser humano, ao longo do tempo, assume o processo de produção.

No progresso da sociedade, a ética, enquanto ciência da moral, tem como pressuposto, mediante um princípio ético, analisar as práticas e o comportamento social do ser humano ou de algum grupo de pessoas frente a algo controverso. Por outro prisma, também deve-se considerar juízos que estejam em acordo com os valores morais estabelecidos pela sociedade vigente, que consente ou reprov moralmente seus atos.

Importante destacar que, a ética e a moral são temas os quais necessitam ser trabalhados no ambiente escolar, tendo como propósito orientar o comportamento do ser humano em determinada sociedade. Á vista disso, a escola é uma instituição responsável pela real formação de cidadãos, dispondo da competência e a responsabilidade de ensinar o comportamento ético e moral aos seus



educandos. Segundo Freire (1996), o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

Enfatiza-se, para tanto, que a ética é um conjunto universalizado de princípios, regras, normas e leis de convivência que orientam o comportamento humano, uma vez que tanto os atos quanto os juízos morais pressupõem determinadas normas, as quais estabelecem o que se deve fazer e agir em relação ao próximo, isto é, entre seres humanos que compartilham valores entre si, embasados sob um mesmo regime político e econômico em um mesmo território. Assim, a ética está intrinsecamente relacionada à definição da moralidade e é instituída nos estabelecimentos de ensino com o propósito de normalizar o bem-estar social.

Dada sua importância, a ética propõe observar as necessidades do ser humano como indivíduo e membro da coletividade, ao passo que é plausível instituí-la como norma em determinado contexto, teorizando e refletindo no sentido de padronizar o que é correto, a ética se constitui como uma Ciência normativa. Desse modo, as ações práticas do ser humano são resultantes de suas posturas e atitudes éticas, perpassando por períodos de profundos questionamentos sobre ideias, valores e comportamentos desde os primórdios da humanidade, tal que a realidade moral varia historicamente mediante alteração recorrente de seus princípios e suas normas.

### **Perspectiva histórica da educação grega**

Em Atenas, a principal cidade -Estado da Grécia Antiga, considerada o berço da democracia, passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, predominantemente em decorrência do

impacto de suas realizações culturais e políticas; transformações essas caracterizadas por uma concepção educacional que valorizava a formação física e intelectual, estruturando a educação como premissa de formar homens políticos, visando à cidadania. Em vista disso, a educação ateniense teve suma importância, ao passo que, em função da sua complexidade, tornou-se matéria de amplas discussões ao universalizar-se, suplantando os limites da polis, prezando contribuir para a formação de seres humanos conscientes, com espírito democrático e múltiplo, com uma capacidade de analisar e refletir. Para Freire (1996), o discurso da globalização esconde, porém, que a ética do mercado prevalece sobre a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente em prol do bem comum.

Nesse sentido, a formação educacional em Atenas tem como pressuposto o significado da existência humana, calcado em princípios éticos de cunho moral e enviesados pela cultura e pela política, sob a premissa de valores que regem o comportamento humano em sociedade, tal que essas decisões só seriam possíveis pelo uso da razão. Desde então, a educação ateniense é legitimada por valores da igualdade e de justiça social, assim como a liberdade real por meio da democracia efetiva e da dignidade humana, fundadas exclusivamente na prática política, desenvolvendo as boas virtudes, como a justiça, a sensatez e a serenidade, encontrando a satisfação plena na existência humana, tornando-se plenos, bons e belos e felizes, bem como participando das decisões da polis baseando-se em Platão e Aristóteles.

Partindo desses pressupostos, a educação na Grécia Antiga manifesta-se por um modelo pioneiro de educação de adultos, ao passo que a educação grega era centrada na formação ampla do indivíduo, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. Além

disso, a transmissão da cultura ocorria de forma coletiva através de inúmeras atividades, como festivais, banquetes e reuniões, o que contribuía para a formação social dos cidadãos. Essa abordagem abrangente e coletiva foi uma característica marcante da sociedade grega antiga e ministrada pela própria família, segundo a tradição religiosa vigente, bem como buscava a formação integral, ou seja, educar o corpo, a mente e o espírito, influenciando a maneira de entender e compreender o papel da educação ao longo dos séculos. Isso ocorreu através do debate intelectual a partir das atividades relacionadas à cultura grega e à sua filosofia. Mas, atualmente, a educação resguarda a ideia de utilidade social, como mecanismo de transmissão do saber para transformar o ser humano individual e coletivamente.

Verifica-se, além disso, que, na Grécia clássica, há uma singularidade a qual não pode se desfazer entre a moral e a política, entendendo a educação moral como uma transmissão de virtudes. Trata-se, desse modo, da moral que não se limita em si mesma, pois não se amuralha no santuário da consciência pessoal, uma vez que pelo viés político o ser humano socializa seus valores em uma ação da prática coletiva. Nas palavras de Freire (1996), o pensar certo demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos.

De um modo geral, a sociedade ateniense da Grécia Antiga define o ser humano como um ser político por natureza, denominado, segundo Aristóteles, animal político, em decorrência da sua participação nos assuntos da pólis, ou seja, ele tem, por inerência, a necessidade do convívio social. Assim, ao reconhecer tal dependência, cada cidadão deve se responsabilizar pela Polis, uma vez que as virtudes morais do indivíduo somente podem ser alcançadas com sua

participação comunitária, na qual a educação, por meio da prática constante, se converte em hábitos os quais paulatinamente promovem a cidadania.

Dessa maneira, Atenas foi um centro artístico, econômico, intelectual e cultural da Grécia Antiga. Ocorre, decerto, que as instituições atenienses se preocupavam em desenvolver um equilíbrio entre a mente e o corpo. Ademais, o que se pensava na Antiguidade é dissociado da Modernidade, como proposto por Kant e Maquiavel, inclusive pressupondo a existência de ideias contraditórias.

Por outro lado, em Esparta, a educação era profundamente relacionada ao caráter militarista que a sociedade e o governo tomavam naquela época, visando formar soldados fortes, valentes e capazes para a guerra. Conseqüentemente, as atividades físicas eram muito valorizadas, priorizando a formação de bons guerreiros, ao passo que a educação era resultado da grande influência ideológica militar. Para tanto, desde a mais tenra idade, a formação do indivíduo era legitimada como um papel a ser obrigatoriamente assumido pelo próprio Estado, tornando a educação pública e obrigatória, nas quais os espartanos viam cada nova pessoa como um soldado em potencial. Ademais, em Esparta, os sentidos crítico e artístico não eram valorizados, haja vista que os jovens estudantes eram doutrinados a obedecer a ordens dos superiores e discursar apenas assuntos relevantes. Interessante é que as mulheres espartanas dispunham de uma educação própria, com o intuito de formar esposas e mães saudáveis ou sãs, além de incentivá-las a participar de atividades esportivas e torneios. Em vista disso, a atribuição deste modelo de educação para as meninas era formar mulheres saudáveis e vigorosas, objetivando futuramente, dar à luz a soldados saudáveis e fortes para

Esparta. Em linhas gerais, a educação buscava conciliar a saúde física e o debate filosófico.

Diante de tantos motivos, na Grécia da Antiguidade, a educação fundava-se na premissa de que o significado da existência humana era tornar-se íntegro, completo e contente, além ter participação ativa nas decisões políticas da polis. Desse modo, a Grécia antiga, com toda a sua organização política, teve a possibilidade de se dedicar com maior intensidade ao processo educativo. Enfatiza-se, portanto, que conhecer a Educação grega é primordial para compreender a organização social da época.

Portanto, o processo ensino e aprendizagem é fundamentado na ética, mediante um processo de aquisição de valores sociais vigentes no seu tempo, os quais sempre estiveram relacionados à formação de um grupo de pessoas estabelecendo uma certa organização social e incorporando valores para auxiliar a interação social dos seres humanos que, até então, não detinham tais valores. Logo, em linhas gerais, a educação é uma socialização ética, justificada no universo das ações humanas e, nesse caso, a necessidade desses valores parte do pressuposto de que seja um bem social, dado que o valor social está correlacionado à ideia do direito de todos, pelos quais partem da ideia do contrato social, sendo uma fase política da ética para beneficiar todos os integrantes, tantos os particulares, bem como toda a sociedade, isto é, um contrato multilateral. Essa forma de organização social e de ação política denomina-se democracia.

### **Considerações Finais**

A temática da educação e da ética remonta à própria gênese da educação compreendida no sentido maior de Paideia. Em outras

palavras, objetiva educar para a humanização em seu constante estado daquilo que está por vir, possibilitando transformar-se.

Nesta relação, a ética está relacionada à nossa convivência segundo os projetos educacionais orientados para essa finalidade, pressupondo a crença da compreensão pelos símbolos do bom senso, da razão e da civilidade, os quais tornam os seres humanos capazes de relacionar uns com os outros, ensinando a tolerância e a civilidade no ambiente escolar sobre o prisma da educação formal e informal, uma vez que não existe ser humano sem experiência de vida, mesmo porque a convivência é essencial, pois a educação nos desenvolve eticamente, visando à harmonia entre os indivíduos.

Cabe salientar, ainda que, *a priori*, a aprendizagem formal dos valores éticos somente acontece mediante relações humanas, na qual, desde a mais tenra idade, o ser humano é estimulado pelo convívio social a entender o que é certo ou errado, partindo do pressuposto que, na idade adulta, as pessoas já sabem tais valores.

No plano histórico, a educação, por meio do processo pedagógico, tem como pano de fundo preservar a ideia da função social como mecanismo de transmissão do saber, apto a transformar o ser humano no plano individual e coletivo, preparando-o para o exercício da cidadania. Assim, a educação tem como premissa o exercício prático da cidadania, caracterizado como um processo interativo de cunho pessoal e público, usando recursos como a reflexão e a ação sobre a construção do próprio conhecimento e da tomada de consciência por cada ser humano e pela sociedade.

Pressupõe-se, portanto, que o objetivo geral da educação é o dever ético, calcado na cidadania mediante processo constante de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais, processo esse intrínseco à vida de todos, como também específico à condição

da espécie humana, na qual, segundo os gregos, o ser humano não nasce humano, mas se torna humano por viver entre humanos, tal que compreendem que os indivíduos instituem-se como seres humanos em razão da produção de uma natureza a qual é resultado das atividades de seus anseios em benefício próprio, mediante a cultura.

## **Referências**

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. (Trad. do grego: Mário da Gama Kury). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 jun.2022

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles, volume 1 / Marilena Chamo -2.ed., rev. e ampl.São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANT, Immanuel, 1724-1804. **Metafísica dos Costumes**.  
Tradução [primeira parte] Clélia Aparecida Martins, tradução  
[segunda parte] Bruno Nadai, Diego Kosbiau e Monique Hulshof.  
Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São  
Francisco, 2013.

KOSBIAU e Monique Hulshof. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança  
Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013. – (Coleção  
Pensamento Humano).

KANT, Immanuel. “**Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?**”.  
In: Textos Seletos, Petrópolis: Vozes, 1974.

MARX & ENGELS. **Textos sobre educação e ensino. São Paulo:  
Moraes, 1983.**

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo:  
Boitempo, 2005.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2001, p.  
213- 214.



